

Angelo Passos

É jornalista e escreve aos domingos neste espaço

E-mail: apassos@redegazeta.com.br

/// O Espírito Santo tem 12% das obras públicas paralisadas no país. A recessão, a seca e o recuo das receitas de royalties não justificam essa situação

Modelo falido

É desalentadora a informação de que há cerca de cinco mil obras públicas paralisadas no Brasil. Destas, 703 (ou 12% do total), estão no Espírito Santo, de acordo com os dados disponíveis nos Tribunais de Contas dos Estados.

Cada centavo do dinheiro público deveria ser usado com respaldo de âncoras técnicas. Várias. Dentre elas, engenharia (rechaçando projetos de qualidade duvidosa), fiscal (para não faltar verba), licitatória (fechando brechas para sobrepreços), social (potencial de benefícios à população), ambiental, jurídica etc. Tudo isso evitaria o pior: desperdício de recursos.

As cinco mil obras paradas, muitas sem perspectiva de retomada, emitem sinal gravoso de que o país precisa mudar o seu modelo de gestão pública. O atual faliu. Esses projetos interrompidos sugaram aproximadamente R\$ 15 bilhões, além de frustrar a expectativa da po-

pulação em diversas áreas como saúde, educação, rodovias, saneamento etc.

Há outras consequências graves por trás das obras paradas. Um deles, no nível de emprego. Empresas da construção civil contratam funcionários quando vencem licitações, mas se veem obrigadas a reduzir os seus quadros quando os contratos são suspensos. Isso implica reflexos negativos na cadeia de fornecedores de produtos e serviços e na arrecadação de impostos.

A Confederação Nacional da Indústria elaborou um estudo que identifica um emaranhado de problemas em obras de governo. Entre eles, má qualidade dos projetos básicos utilizados para elaboração do orçamento e posterior licitação; demoras na obtenção de licenças ambientais e nas desapropriações não devidamente consideradas nas decisões de

investimentos; má gestão dos projetos durante as obras; erros nas estimativas de custos; e "o viés da decisão política em detrimento de critérios técnicos". É claro que essas falhas abrem portas à demagogia e à corrupção.

A iniciativa privada só contrata obra sabendo exatamente a fonte de financiamento, quanto custará e quando será concluída. O poder público precisa ler essa cartilha.

